

**UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES
PÓS-GRADUAÇÃO “LATO SENSU”
INSTITUTO A VEZ DO MESTRE**

O ENSINO DA TAQUIGRAFIA NO APRENDIZADO DOS DISLÉXICOS

Por: Anselmo Cardoso

**Orientador
Professora Fabiane Muniz**

**Rio de Janeiro
2010**

**UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES
PÓS-GRADUAÇÃO “LATO SENSU”
INSTITUTO A VEZ DO MESTRE**

O ENSINO DA TAQUIGRAFIA NO APRENDIZADO DOS DISLEXICOS.

Apresentação de monografia à Universidade Candido Mendes como requisito parcial para obtenção do grau de especialista em Docência do Ensino Superior.

Por: Anselmo Cardoso

AGRADECIMENTOS

A Sra. Adriana Fonseca, Assessora da Diretoria do Departamento de Taquigrafia e Debates da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que em breve e gentilíssima entrevista demonstrou grande entusiasmo pelo objetivo do presente trabalho, tendo disponibilizado o acervo da Biblioteca, sugerido sítios da web pertinentes e comentado acerca das técnicas da arte da taquigrafia;

A Sra. Dilcelaine Mendes Pagani, Pedagoga, Chefe de Secretaria do Colégio Estadual Amaro Cavalcanti, sito no Largo do Machado na cidade do Rio de Janeiro, que pacientemente pesquisou os históricos escolares de alunos do Curso de Secretariado das décadas de 40, 50 e 60, épocas em que a disciplina estenografia era ministrada na condição de matéria obrigatória;

As Professoras do Instituto A Vez do Mestre, Maria Esther e Fabiane Muniz que enquanto lecionaram os Fundamentos da Educação: aquela os Biológicos e esta os Psicológicos, fizeram por despertar o interesse do presente estudo.

Ainda a Professora Fabiane Muniz pelo empenho na orientação deste trabalho.

DEDICATÓRIA

Ao pai e a mãe, qualquer que seja a dimensão em que vocês se encontrem,
em reconhecimento ao legado de retidão e de fé.

Saudades.

RESUMO

Sendo a dislexia um transtorno da aprendizagem, que tem reflexos sobre o aprendizado da escrita e da leitura, entre outros; considerando que a taquigrafia é uma arte, ouseo chamá-la assim, que tem por base a escrita fonética, pretende este trabalho estimular o seu ensino visando o progresso dos estudantes portadores do distúrbio ou dom da dislexia.

Vale até mesmo pensá-la como possível ao aprendizado de todos os estudantes, pois, certamente, trará grandes vantagens ao aprendizado, pois há uma demanda acentuada de atenção o que propiciará uma maior participação do aluno na aula.

Nas décadas de 40, 50 e 60 a taquigrafia fazia parte do currículo do curso de secretariado mantido por diversos estabelecimentos de ensino, tendo-me sido declarado que os recursos desta matéria foram aproveitados durante toda a vida escolar, notadamente na graduação onde as anotações de aula se faziam muito necessárias.

METODOLOGIA

Os Transtornos do Aprendizado, estudados nas disciplinas Fundamentos Biológicos da Educação e Fundamentos Psicológicos da Educação, estimularam a reflexão sobre a singularidade da Dislexia, um distúrbio cuja definição é marcada pela nomeação das pessoas disléxicas que foram bem sucedidas, trazendo, desta forma, um certo conforto para aqueles que sofrem com tal dificuldade.

A partir da constatação de que os indivíduos que trazem suas limitações cognitivas de nascença, certamente as desconhece, mas o outro que com eles interage o sabe, e que na dislexia ambos a desconhecem; tendo em conta que o deficiente visual recorre ao método Braille e para o deficiente auditivo há o ensino da Linguagem dos Sinais, difundido como Libras, determinei-me a analisar a Taquigrafia como uma possibilidade de escrita para os disléxicos.

As dificuldades mais comuns da dislexia ocorrem na leitura, na escrita, na ortografia ou na matemática.

A Taquigrafia permite captar a fala de um orador, mentalmente transformar em sinais e simultaneamente grafar no papel o que está sendo pronunciado.

O material bibliográfico sobre Taquigrafia é muito raro sendo esta técnica, embora utilizada em todo o mundo, restrita ao campo do Legislativo e do Judiciário, fato constatado no Departamento de Taquigrafia e Debates da ALERJ. Foi matéria curricular, por décadas, no curso de Secretariado do

Colégio Estadual Amaro Cavalcanti, no Rio de Janeiro e ensinada, atualmente, em cursos livres.

Este trabalho é composto de três capítulos: Estudo sobre a Linguagem Oral e Escrita, Estudo sobre a Taquigrafia e Estudo sobre a Dislexia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I - Estudo sobre a linguagem oral e a escrita	11
CAPÍTULO II - Estudo sobre a Taquigrafia	17
CAPÍTULO III – Estudo sobre a Dislexia	23
CONCLUSÃO	28
BIBLIOGRAFIA	30
ÍNDICE	31
FOLHA DE AVALIAÇÃO	32

INTRODUÇÃO

Segundo Davis (2004), a palavra dislexia foi o primeiro termo genérico utilizado para designar vários problemas de aprendizagem. Por esta razão podemos chamar a dislexia de “A Mãe dos Transtornos de Aprendizagem”.

O foco do presente trabalho não pretende explicar a natureza do problema, nem tampouco demonstrar se ela pode ser corrigida, mas pensar uma ferramenta que seja capaz de propiciar ao disléxico condições para o seu progresso nos estudos. Entretanto não podemos deixar de entender que a dislexia é produto do pensamento e uma forma especial de reagir ao sentimento de confusão.

Comparemos as habilidades básicas dos disléxicos com os valores intelectuais da taquigrafia

Habilidades dos portadores de dislexia:

Capacidade de utilizar o dom mental para alterar ou criar percepções

Consciência do meio ambiente

Curiosidade

Pensamento que foca mais as imagens em vez de palavras

Intuição

Percepção multidimensional

Vivência do pensamento como realidade

Criação de imagens muito vívidas

Valor intelectual da taquigrafia:

Excelente disciplina para o intelecto

Exercício de atenção, agilidade mental e memória

Desenvolvimento da coordenação e da resposta motora

Cultiva a decisão precisa e rápida

Desenvolvimento da capacidade de concentração

Aprimoramento da habilidade interpretativa

Amplia a capacidade de discernir os sons da fala

CAPÍTULO I

Estudo sobre a linguagem oral e a escrita

No dizer de Marcuschi (2008), a oralidade seria uma prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob variadas formas ou gêneros textuais fundados na realidade sonora; ela vai desde uma realização mais informal à mais formal nos mais variados contextos de uso. Uma sociedade pode ser totalmente oral ou de oralidade secundária, ao caracterizar a distinção entre povos com e sem escrita. Nós, brasileiros, somos hoje um povo de oralidade secundária.

A fala é uma forma de produção textual-discursiva para fins comunicativos na modalidade oral (situa-se no plano da oralidade, portanto), sem a necessidade de uma tecnologia além do aparato disponível pelo próprio ser humano. Caracteriza-se pelo uso da língua na sua forma de sons sistematicamente articulados e significativos, bem como os aspectos prosódicos, envolvendo ainda, uma série de recursos expressivos de outra ordem, tal como a gestualidade, os movimentos do corpo e a mímica.

O letramento envolve as mais diversas práticas da escrita na sociedade e pode ir desde uma apropriação mínima da escrita, tal como o indivíduo que é

analfabeto, mas letrado na medida em que identifica o valor do dinheiro, identifica o ônibus que deve tomar, sabe distinguir as mercadorias pelas marcas, porém não escreve nem lê regularmente.

A escrita é um modo de produção textual-discursiva para fins comunicativos com certas especificidades materiais e se caracteriza por sua constituição gráfica que envolve recursos de ordem pictórica. Pode manifestar-se, por unidades alfabéticas, ideogramas ou unidades iconográficas. Trata-se de uma modalidade de uso da língua complementar à fala.

A taquigrafia, de acordo com o Prof. Waldyr Cury (web site taquigrafia.emfoco.nom.br), é uma escrita fonética. Vale dizer, cada símbolo taquigráfico representa um som, independentemente da ortografia ordinária.

A língua, seja na sua modalidade falada ou escrita, reflete, em boa medida, a organização da sociedade. Isso porque a própria língua mantém complexas relações com as representações e as formações sociais.

Marcuschi atesta que são relativamente poucos os estudos que se detiveram, com detalhe, à análise dos processos de transformação de textos falados em textos escritos. De vários estudos realizados, encontra-se o de Cortelazzo (1985), que cotejou a gravação do discurso de um parlamentar italiano com sua cópia estenográfica e constatou modificações substanciais que interferem na verdade do dito pelo orador.

As reflexões de Marcuschi muito se aplicam ao cotidiano do taquígrafo. Um fator por diversas vezes mencionado por ele é a necessidade da compreensão, por parte de quem retextualiza, do material retextualizado. No

caso da taquigrafia, um professor europeu da primeira metade do século passado nos dá o exemplo:

A prática da estenografia requer atenção permanente do profissional. Este não age como mecânico, a registrar séries de sons ou palavras justapostas, para reprodução posterior. O que ele anota são idéias expressas por sons e palavras e o que dele se espera é a reprodução fiel dessas idéias. Tal objetivo o estenógrafo não alcançará plenamente a não ser que, ao longo do apanhamento esteja em condições de compreender o sentido do que estenografa e, quando da tradução, fixe particularmente sua atenção no sentido. Isto lhe permitirá produzir cópia exata do que foi dito ou ditado

O texto acima, de autoria de Jos. Schaerlaekens, Professor de Taquigrafia e Delegado do Institut Royal Sténographique, sediado na França, foi publicado na Revista Taquigráfica nº 106 de novembro de 1949. Constatamos, pela procedência do autor e pela data da publicação, que compreender o texto e ser fiel à fala do orador, como recomenda Marcuschi ao longo de sua obra, é uma preocupação antiga e universal.

A retextualização, resultante dessa relação entre língua falada e língua escrita, como observa Marcuschi (2008) não é um processo mecânico, já que a passagem da fala para a escrita não se dá naturalmente no plano dos processo de textualização. Trata-se de um processo que envolve operações complexas que interferem tanto no código como no sentido e evidenciam uma série de aspectos nem sempre bem compreendidos da relação oralidade-escrita. A passagem da fala para a escrita não é a passagem do caos para a ordem: é a passagem de uma ordem para outra ordem.

A questão não ocorre apenas em exercícios acadêmicos ou escolares, mas é fato comum na vida diária. Muitas vezes praticamos ações lingüísticas bastante complexas sem termos a menor noção dessa complexidade. Quando repassamos a alguém o que nos foi informado por outrem há de se compreender o que foi que esse alguém disse ou quis dizer, ocorrendo, antes de qualquer atividade de transformação textual, uma atividade cognitiva denominada compreensão.

É fácil imaginar vários eventos linguísticos quase corriqueiros em que a atividade de retextualização está envolvida. Por exemplo: a secretária que anota informações orais do chefe; o secretário de uma reunião de condomínio encarregado de elaborar a ata de reunião passando para a escrita um resumo do que foi dito; uma pessoa contando a outra o que acabou de ouvir na TV ou no rádio; uma pessoa contando a outra o filme que viu no dia anterior; o aluno que faz anotações escritas da exposição do professor. Na realidade, nossa produção lingüística diária, se analisada com cuidado, pode ser tida como um encadeamento de reformulações.

Há que se distinguir a atividade de retextualização da de transcrição. Transcrever a fala é passar um texto de sua realização sonora para a forma gráfica com base numa série de procedimentos convencionalizados. Seguramente, neste caminho, há uma série de operações e decisões que conduzem a mudanças relevantes que não podem ser ignoradas. Tais mudanças não devem interferir na natureza do discurso produzido do ponto de vista da linguagem e do conteúdo. No caso da retextualização a interferência é maior e há mudanças mais sensíveis, em especial no caso da linguagem. Essa

relação entre a língua falada e a língua escrita é, sem dúvida, complexa e se realiza em vários níveis.

Destaque-se o nível da firma da expressão, caso em que, considerando-se os signos aflados e os signos escritos, situa-se a distinção entre a forma do grafema (a grafia usual) e do fonema na realização fonética (a pronúncia), por exemplo, (menino e mininu). Trata-se de uma espécie de transcodificação que designa uma operação complexa em grafemologia: é o que designa-se simplificada como transcrição ou passagem de um código para outro (por exemplo, do som para a grafia).

“Quem escreve tece fios, que devem ser recolhidos pelo receptor para serem urdidos”, diz Flusser (José Castello – O Globo 10/04/10). Continua ainda José Castello “O escritor tece sua trama, mas ela só faz sentido quando urdida pelo leitor. Textos devem ser concluídos pelos outros. Cada leitor, à sua maneira, urde (lê) uma trama e lhe confere uma forma. Logo: para cada leitor, uma trama é outra trama”.

A prender a ler não é um processo natural. Contrariamente à linguagem oral a leitura não emerge naturalmente da interação com os pais e outros adultos, por mais estimulante que seja o meio a nível cultural, conforme nos informa a Dra. Paula Teles (www.clinicadedislexia.com.br), referindo-se a Morais(1997) que “é corrente confundir a capacidade de leitura, os objetivos da leitura, a atividade da leitura e o desempenho da leitura. A capacidade da leitura é o conjunto de recursos mentais que mobiliza-se para ler, os objetivos da leitura são a compreensão do texto escrito, a atividade da leitura envolve o conjunto de processos cognitivos, sensoriais e motores e o

desempenho da leitura é o grau de sucesso obtido. Ler consiste em transformar as palavras escritas em representações fonológicas em significado.

Os objetivos da leitura são a compreensão do texto escrito, mas os processos cognitivos específicos da leitura não são os processo de compreensão, mas sim os processos de recodificação que se dprocessam antes da compreensão. Os processos de compreensão são comuns à linguagem falada e à linguagem escrita.

CAPÍTULO II

Estudo sobre a Taquigrafia

Considerando que o foco do nosso trabalho são os textos de estudo dos disléxicos e que o instrumento principal para a captação desses textos é a taquigrafia, é indispensável que tracemos um histórico da taquigrafia e conceituemos sua utilização.

Como já salientado, é reduzido o material bibliográfico sobre o tema, porém recorreremos ao sitio da web desenvolvido pelo professor Waldir Cury (www.taquigrafia.emfoco.nom.br) a nós indicado por Adriana Fonseca a quem nos reportamos em agradecimentos.

Cury, em Breve Histórico da Taquigrafia, aborda o uso da técnica taquigráfica desde sua origem até sua difusão pelo mundo. Nos informa sobre os criadores dos vários métodos da taquigrafia, sobre o material usado para a prática da taquigrafia, e ainda sobre a utilização dessa escrita pelos poderes constituídos e por oradores ilustres da história mundial .

Alguns estudiosos atribuem a origem da Taquigrafia aos hebreus, outros aos gregos, mas Cury esclarece que não há base científica para nenhuma das hipóteses.

Consta que Marco Túlio Tiro, escravo e secretário de Cícero, é o autor das Notas Tironianas ou Abreviações Tironianas, que constituíram o primeiro sistema organizado de taquigrafia, usadas no período entre os séculos I^aC até

o final do século XI. Quatro séculos mais tarde foi publicada a obra intitulada Poligrafia, pelo monge beneditino Johann Heidelberg o qual se refere a um livro de abreviaturas, que seriam as Notas Tironianas.

A decadência das Notas Tironianas não acarretou uma total suspensão da taquigrafia entre os séculos XI e XVI, porque nesse período ocorreram manifestações teóricas e práticas alimentadas por um sistema de abreviaturas medievais e por outros sistemas especiais, notadamente a Ars Notaria a Ars Exceptoria e Ars Notaria Aristotelis.

Os taquígrafos tiveram um papel a cumprir quando da perseguição aos cristãos, pois, como o autor nos informa, julgamentos dos primeiros cristãos acusados de reuniões clandestinas e atos ofensivos contra a majestade imperial foram taquigrafados. Cita casos em que taquígrafos encarregados do registro de tais julgamentos recusaram-se a cumprir a tarefa, pois também eram cristãos. Alguns se transformaram em mártires, entre os quais se destaca São Cassiano de Imola, que utilizava a taquigrafia para difusão do cristianismo entre seus discípulos, tendo sido denunciado por um de seus alunos e condenado à morte por golpes desferidos pelos seus discípulos que utilizaram-se dos instrumentos usados no aprendizado.

Uma série de concílios contaram com os serviços de taquígrafos. A igreja os utilizou no Concílio de Nicéia, realizado em Bitúnia no ano de 325, assim como no Concílio Vaticano II, realizado no período de 1962 a 1965, para o qual trinta seminaristas foram treinados em taquigrafia.

Grandes padres da igreja fizeram uso da taquigrafia, destacando-se Santo Ambrósio, Santo Agostinho e São Jerônimo.

A reforma protestante também se utilizou de taquígrafos conforme Cury nos relata que um ministro de Carlos V que presidia as discussões religiosas realizadas em Woms entre Eck e Melanchton, em 1540, teria afirmado que os luteranos possuíam um escrivão, Dr. Kreutziger, mais hábil do que todos os católicos romanos.

As normas de taquigrafia eram tão rígidas, a ponto de transgressões serem punidas com a amputação da mão.

Utilizavam tabuletas enceradas e um ponteiro, que tinha duas pontas: uma aguda para grafar e outra em formato de lâmina para apagar. As tabuletas eram trocadas à medida que fossem preenchidas. O papel passou a ser utilizado pelos taquígrafos, papel de linho, entre os séculos XII ao XV, importado da China em substituição ao pergaminho. Para a escrita adotou-se a pena de ganso.

Na era moderna, Cury apresenta vários autores, enumera diversos métodos criados a partir do século XVII comentando suas particularidades.

Destaca o método de Samuel Taylor, cujo sistema, ainda bastante utilizado no Brasil, baseia-se na geometria e serviu de base a vários outros, dando ênfase ao método Marti, criado por Francissco de Paula Marti y Mora, muito difundido entre os países de língua castelhana e no Brasil.

Depreende-se do trabalho do professor Cury que a escrita rápida é uma preocupação constante dos envolvidos com o registro da fala.

Do referido site, a guiza de ilustração transferimos um breve texto, em verdade uma fábula, taquigrafado e redigido.

A LEBRE E A TARTARUGA

Um dia uma tartaruga começou a contar vantagem dizendo que corria muito depressa, que a lebre era muito mole, e enquanto falava a tartaruga ria e ria da lebre. Mas a lebre ficou mesmo impressionada foi quando a tartaruga resolveu apostar uma corrida com ela.

“Deve ser só de brincadeira!”, pensou a lebre.

A raposa era o juiz e recebia as apostas. A corrida começou, e na mesma hora, claro, a lebre passou à frente da tartaruga. O dia estava quente, por isso lá pelo meio do caminho a lebre teve a idéia de brincar um pouco. Depois de brincar, resolveu tirar uma soneca à sombra fresquinha de uma árvore.

“Se por acaso a tartaruga me passar, é só correr um pouco e fico na frente de novo”, pensou.

A lebre achava que não ia perder aquela corrida de jeito nenhum. Enquanto isso, lá vinha a tartaruga com seu jeitão, arrastando os pés, sempre na mesma velocidade, sem descansar nem uma vez, só pensando na chegada. Ora, a lebre dormiu tanto que esqueceu de prestar atenção na tartaruga.

Quando ela acordou, cadê a tartaruga? Bem que a lebre se levantou e saiu zunindo, mas nem adiantava! De longe ela viu a tartaruga esperando por ela na linha de chegada.

Moral: Devagar e sempre se chega na frente.

Da demonstração anterior chegamos a seguinte estatística:

Do texto redigido contam-se 222 palavras expressas através de 1219 caracteres, enquanto que no texto taquigrafado utilizou-se 273 sinais.

Da entrevista com a senhora Adriana Fonseca referida como assessora da diretoria do Departamento de Taquigrafia e Debates da ALERJ, obtivemos a informação de que cada taquígrafo anota, durante os discursos dos parlamentares, cinco minutos que requerem uma hora para sua retextualização. Informamo-nos, ainda, que a capacidade de captação é de 140 palavras por minuto em média, donde se conclui que o texto definitivo deverá conter aproximadamente 700 palavras.

Afirma o Professor Cury que é fato incontestado estar a velocidade taquigráfica no cérebro e não nas mãos do taquígrafo, como muitos pensam. É no cérebro que o taquígrafo transforma os sons que escuta em sinais taquigráficos. Por ser a taquigrafia uma escrita fonética, em que o taquígrafo escuta os sons e simultaneamente os transforma em sinais taquigráficos, tem esta escrita muita semelhança com os sinais musicais e a sonoridade produzida por um pianista. A diferença entre um pianista e um taquígrafo é que o pianista lê os sinais musicais e o transforma em sons e o taquígrafo escuta os sons e os transforma em sinais taquigráficos.

No site pesquisado, há uma relação de personalidades célebres envolvidas com a taquigrafia. Destacamos entre tantos o nome de Winston Churchill por fazer ele parte também da lista de disléxicos.

CAPÍTULO III

Estudo sobre a Dislexia

A palavra dislexia deriva do grego, o prefixo *dys* que significa dificuldade e *lexis* palavra escrita, conforme definição da Dra. Paula Teles (website: www.clinicadedeslexia.com.br)

Em 1887, o termo dislexia foi usado pela primeira vez, pelo oftalmologista alemão, Berlin, para descrever o caso de um paciente adulto que, após um acidente vascular cerebral, perdeu a capacidade leitora, apesar de ter mantido a visão, a linguagem e a inteligência.

Em 1896, o pediatra inglês, Pringle-Morgan, usou o termo “cegueira verbal congênita”, para descrever o caso de um jovem que apresentava uma certa dificuldade para a linguagem escrita.

Em 1917, o oftalmologista escocês, Hinshelwood, publicou uma monografia sobre esta perturbação. Considerou que a designação de cegueira

verbal deveria ser reservada para os casos muito severos e propôs o termo “dislexia congênita” para os casos mais leves.

Nos anos 20, o conceito de “disfunção cerebral mínima” veio afetar a categorização das crianças com problemas de aprendizagem. A dislexia foi incluída num amplo conjunto de perturbações do desenvolvimento denominadas “dificuldades de aprendizagem”.

Este conjunto de perturbações incluía a dislexia, a hiperatividade, o déficit de atenção, perturbações cognitivas, perceptivas, psicomotoras, entre outras.

Desde que a dislexia mereceu a atenção da comunidade científica, o próprio termo em si, bem como a sua definição, tem sido uma questão recorrente.

Em 1968 a Federação Mundial de Neurologia decidiu-se pela adoção do termo dislexia do desenvolvimento, restando a seguinte definição: “Uma perturbação que se manifesta por dificuldades na aprendizagem da leitura, apesar das crianças serem ensinadas com métodos de ensino convencionais, terem inteligência normal e oportunidades sócio-culturais adequadas. Os problemas são causados por déficits cognitivos básicos que são, freqüentemente, de origem constitucional”.

Embora esta definição corresponda a conhecimentos da grande maioria dos educadores, apresenta o inconveniente de não referir critérios de inclusão. A ausência de tais critérios tem repercussões negativas a dois níveis: quanto ao prático limita a sua utilização, pois que dificulta o diagnóstico e a conseqüente implementação de programas reeducativos e quanto ao

enquadramento legal, o reconhecimento da dislexia como um déficit cognitivo básico, um déficit cognitivo-linguístico, sem critérios precisos de inclusão, dificulta a categorização dos alunos disléxicos, prejudicando a adoção das medidas reeducativas.

De uma maneira mais simples define-se a dislexia como uma perturbação persistente de decodificação da linguagem escrita que tem sua origem num déficit do sistema fonológico.

Davis (2004) nos esclarece que o transtorno da aprendizagem é apenas um aspecto da dislexia. Em um relato sobre uma entrevista para uma emissora de televisão, a fim de fornecer os pontos positivos da dislexia, relacionou, como parte de resposta, uma dúzia de nomes de disléxicos famosos provocando da entrevistadora a seguinte exclamação: “É surpreendente que todas estas pessoas tenham sido gênios, apesar de serem disléxicos”. Nos afirma Davis que a genialidade deles não ocorreu apesar da dislexia, mas por causa dela e que ter dislexia não faz de cada disléxico um gênio, mas é bom para a autoestima de todos os disléxicos saberem que suas mentes funcionam exatamente do mesmo modo que as mentes de grandes gênios.

Davis nos informa que a função mental que causa a dislexia é um dom, uma habilidade natural, um talento que engrandece o indivíduo. Inteligência acima do normal e extraordinária criatividade resultarão das oito habilidades que possuem os disléxicos. Manifestarão-se em diferentes áreas como para Albert Einstein na física, Walt Disney nas artes, para Magic Johnson no esporte, entre tantas outras.

A dislexia, no dizer de Davis, é o resultado de um talento perceptivo. Em algumas situações ele pode se tornar uma desvantagem. O indivíduo não percebe que isso acontece, porque o uso desse talento tornou-se parte integrante do seu processo de pensamento. Começou muito cedo na vida, e agora parece tão natural quanto respirar.

Durante algum tempo todo transtorno de aprendizagem era designado por dislexia razão pela qual foi chamada por “Mãe dos Transtornos de Aprendizagem”. Originalmente, os pesquisadores acreditavam que os disléxicos teriam sofrido algum tipo de lesão cerebral ou nervosa, ou seriam portadores de uma disfunção congênita. Em qualquer um dos casos, haveria um interferência nos processos mentais necessários à leitura.

Acredita-se que os seres humanos pensam de duas formas distintas: conceituação verbal que indica o pensar com os sons das palavras e não verbal que indica o pensar com as imagens mentais de conceitos ou idéias. O pensamento verbal que segue a estrutura da linguagem é linear. É através desse pensamento verbal que compomos frases mentalmente, uma palavra de cada vez e é construído na mesma velocidade da fala que corresponde, em média, a 150 palavras por minuto que podemos reduzir a duas palavras e meia por segundo. Já o pensamento não verbal é evolutivo. Sua definição é difícil, pois acontece muito depressa, não dando tempo a que tomemos consciência dele quando o utilizamos por ser subliminar ou abaixo do nível da consciência.

Desses processos de pensamento, um será eleito como sistema primário e outro como sistema secundário.

O dislético é primariamente um pensador não verbal, um indivíduo que pensa em imagens.

A linguagem é composta por símbolos que por sua vez, são compostos por três partes: o som, o significado e a aparência.

Utilizando-se a conceituação não verbal, pensa-se com o significado da linguagem por meio da construção de imagens mentais de seus conceitos e idéias. Apesar de ser mais rápido que a conceituação verbal, apresenta um problema, pois algumas partes da linguagem têm seus conceitos e idéias mais facilmente representadas sob a forma de imagens mentais do que outra. É impossível a um pensador não verbal pensar palavras cujos significados não possam ser representados em imagens.

CONCLUSÃO

A dislexia tem sido preocupação de educadores, autoridades do governo e cientistas entre outros. Busca-se, naturalmente, o tratamento ou a cura deste distúrbio, considerado até mesmo um dom pelo autor do título O Dom da Dislexia, Ronald D. Davis, ele mesmo se definindo como disléxico.

Entretanto, observei que todo processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais se dá através de ferramentas aplicáveis a cada caso. Ferramenta que falta ao disléxico, talvez por se tratar de um distúrbio invisível e que conforme as observações feitas são difíceis os diagnósticos.

A constatação de que portadores de dislexia são na maioria indivíduos não só muito inteligentes como criativos, que pensam à frente, certamente dotados de alguma intuição, me fez pensar a possibilidade de estimular o ensino da taquigrafia para o aprendizado dos disléxicos.

A taquigrafia se aprende a partir do alfabeto que depois evolui para traçados que representam determinados sons. Existem diversos métodos sistematizados, que diferem entre si, impossibilitando que aqueles que dominam um determinado sistema possa ler o que tenha sido grafado com os recursos de um outro método. Até mesmo utilizando-se o mesmo método é quase certo afirmar que será impossível o entendimento do texto na sua totalidade, chegando-se a conclusão que a taquigrafia acaba sendo muito individual. Entretanto aquele que taquigrafa consegue ler o seu texto perfeitamente, não havendo necessidade de transcrevê-lo para modo tradicional.

Na sua justificativa de apresentação do Projeto de Lei 3040/08, através do qual propõe a criação do programa de Identificação e tratamento da dislexia na rede oficial de educação pública, o Doutor Sandes Junior, recorre aos estudos da Dra. Paula Teles para destacar o seguinte:

“Pesquisas científicas ao considerarem uma base neurocognitiva universal para dislexia, apontam dificuldades em todas as línguas. Entretanto, as diferenças de competência leitora entre os disléxicos devem-se em parte, às diferentes ortografias. Nas línguas mais transparentes, em que a correspondência grafema - fonema é mais regular, como o italiano, são cometidos menos erros”.

Constatando que a taquigrafia é uma escrita fonética, levando em conta a tão proclamada alta capacidade dos disléxicos, no tocante a inteligência e criatividade, haja vista os romances de Agatha Christie, as letras e músicas de John Lennon, o empreendedorismo de Henry Ford e Ted Turner, penso possível o aprendizado da taquigrafia pelos disléxicos com uma facilitação nos seus estudos.

BIBLIOGRAFIA

Davis ,Ronald D. – O Dom da Dislexia – Rio de Janeiro:
Rocco, 2004

Marcuschi, Luiz Antonio – Da Fala para a Escrita:atividades
de retextualização – São Paulo: Cortez, 2008

Webgrafia:

www.camara.gov.br

www.clinicadedexlexia.com.br

WWW.TAQUIGRAFIA.EMFOCO.COM.BR

ÍNDICE

FOLHA DE ROSTO	2
AGRADECIMENTO	3
DEDICATÓRIA	4
RESUMO	5
METODOLOGIA	6
SUMÁRIO	8
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I	11
Estudo sobre a linguagem oral e escrita	
CAPITULO II	17
Estudo sobre taquigrafia	
CAPITULO III	23
Estudo sobre dislexia	
CONCLUSÃO	28
BIBLIOGRAFIA	30
ÍNDICE	31

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Nome da Instituição:

Título da Monografia:

Autor:

Data da entrega:

Avaliado por:

Conceito: